

**ATA DA 58ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO**

Ata da 58ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 28 de agosto de 2015, à 13h30, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Renato Jaquet Rostirola, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência Doutor Eduardo Henrique Rosas, a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutora Marilza Neves Gebrim, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília Doutor Flávio Fernando Almeida da Fonseca, o Excelentíssimo Senhor Procurador do Distrito Federal na Procuradoria-Geral do Distrito Federal Doutor Alexandre Moraes Pereira, o Senhor Secretário-Geral Doutor Celso de Oliveira e Sousa Neto, a Senhora Coordenadora da COSIST Doutora Kátia de Souza Prates, a Senhora Assessora do Procurador-Geral de Justiça do MPDFT Doutora Gabriela Badaró e o Senhor Chefe do Departamento de TI do MPDFT Doutor Luiz Augusto Becker. Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista Ferreira da Silva, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto do CEJUSC-JEC-BSB Doutor Josmar Gomes de Oliveira, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Doutor André Vinícius Espírito Santo de Almeida, a Excelentíssima Senhora Defensora Pública do Distrito Federal Sandra Aparecida Dohler Ferreira, a Excelentíssima Senhora Conselheira da OAB/DF Hellen Falcão e o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico Doutor Declieux Dias Dantas. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola abriu os trabalhos, submetendo à apreciação dos membros do Comitê a Ata da 57ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em 21 de agosto de 2015. Não havendo impugnação, declarou a ata aprovada. Na sequência, passou-se ao **segundo item da pauta: Liberação da funcionalidade “Reclassificar documentos” aos usuários de 1º e 2º graus que permite a alteração do nome do tipo de documento.** Na oportunidade, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Doutor Flávio Fernando informou que essa foi uma solicitação feita por ele, em nome dos juízes das Turmas Recursais, na 53ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em 24 de julho, quando relatou que tem havido muitas reclamações por parte dos magistrados em relação a documentação que é anexada pelos advogados e partes ao processo eletrônico. Naquela ocasião, esclareceu que os documentos são anexados ao processo mas não seguem uma lógica e muitas vezes, os advogados não nomeiam corretamente as peças, o que tem gerado dificuldade de localizar o documento, razão pela qual, sugeriu que para amenizar essa dificuldade de localização dos documentos, o próprio servidor do cartório pudesse cadastrar ou renomear corretamente o documento. Deste modo, seria possível consultar o índice



sabendo exatamente onde o documento que se procura está anexado. Com a palavra, a Senhora Coordenadora da COSIST Doutora Kátia de Souza Prates informou que conforme decidido em reunião com a Corregedoria, a funcionalidade será liberada hoje à noite. Na sequência, a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutora Marilza Neves Gebrim apresentou ao Comitê, e-mail que lhe foi repassado pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Pedro Yung-Tay Neto, no qual o MM Juiz de Direito Substituto Doutor Clodair Borin, do 3º Juizado Especial de Fazenda Pública do DF, noticia dificuldade de ordem técnica relativa à assinatura digital de decisões judiciais no PJE instalado naquele Juizado de Fazenda. Segundo relatado, quando chegou ao juizado não havia nenhum processo com problemas dessa natureza, mas que atualmente, já existem dez processos que aguardam apenas a assinatura do Magistrado para ter andamento. Foi relatado ainda que, após a abertura de OS, recebeu a visita de dois servidores encarregados de atender demandas relativas ao PJE, os quais salientaram que não havia previsão para solução do problema. Na tentativa de minimizar os danos e continuar a atender o jurisdicionado, o MM Juiz informa que imprimiu e assinou as decisões, que foram digitalizadas e incorporadas ao processo mas, segundo a Diretora de Secretaria, ainda assim não foi possível dar andamento ao feito, que continua paralisado em razão do erro do sistema. Ao final da mensagem, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Pedro Yung-Tay Neto registrou que a Corregedoria Nacional de Justiça/CNJ, recentemente, determinou a todas as Corregedorias Nacionais que promovessem uma grande ação junto aos Juizados Especiais (Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública) e às Turmas Recursais, no sentido de zerar os estoques de processos do referido sistema e solicitou a especial gentileza para que a situação apresentada ao Comitê, possa ser equacionada estimando-se um prazo para sua solução. Considerando que o Senhor Secretário do PJE estava acompanhando a implantação do sistema PJE nas Varas de Precatórias no Fórum Professor Júlio Fabbrini Mirabete, nesta data, a questão será levada ao seu conhecimento e aguardaremos uma resposta na próxima reunião. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor questionou sobre a redundância do Tribunal, ocasião em que o Senhor Secretário-Geral Celso de Oliveira e Sousa Neto informou que na reunião do Comitê de Governança realizada nesta manhã, foi definida e autorizada a priorização de cinco projetos de infraestrutura fundamentais para o Tribunal, a saber: 1. Contratação do Link Redundância; 2. Aquisição de Rede/Servidores Datacenter; 3. Ampliação do Storage; 4. Aquisição de Balanceadores; 5. Atualização da Versão do Banco de Dados Caché. Com essa medida, o Tribunal irá solucionar as questões mais preocupantes que referem-se exatamente ao links de redundância e a atualização da versão do Caché. O Senhor Secretário-Geral relatou que estamos estudando uma forma de contratar dois links de empresas diferentes para que quando, eventualmente, o link de uma delas cair, possamos acionar a outra e deste modo, manter a redundância. O Senhor Chefe



do Departamento de TI do MPDFT informou que naquele órgão, a contratação foi feita desta forma e a título de colaboração, encaminhará esse estudo para o Tribunal. O Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor questionou a pedido da Conselheira Hellen Falcão da OAB/DF, se o banco de jurisprudência já está integrado com o PJE e foi informado pela Senhora Coordenadora da COSIST que já existe essa integração entre as jurisprudências da Casa e do PJe. Na sequência, o Excelentíssimo Senhor Procurador da PGDF Doutor Alexandre Moraes Pereira, informou que a partir de 1º de setembro de 2015, a PGDF passará a receber citações e intimações eletronicamente e que já foi repassada à Secretaria Especial do PJE, uma lista de todas as autarquias ligadas à PGDF. Na sequência, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor Desembargador Flávio Rostirola fez um breve relato das principais questões que foram tratadas durante a reunião ocorrida em 21 de agosto de 2015, com os Juízes e Assessores das Turmas Recursais. Reafirmou a importância de realizar essas reuniões, para que os magistrados e servidores tenham confiança de que estão sendo ouvidos. Como sabemos, os problemas irão surgir, mas temos uma equipe técnica capaz e a postos para intervir. Todavia, em muitas coisas dependemos do CNJ e é preciso aguardar o andamento das ações. O Senhor Presidente do Comitê Gestor informou que ficou decidido que será feita uma visita ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE que está implantando uma nova versão do PJE para o segundo grau, a versão 1.7.2, em que muitas das principais queixas já se encontram solucionadas. Essa visita será oportunamente agendada pela SEPJE, antes de trazermos a versão para o TJDFT. Foi decidido também que, após a visita ao TSE, faremos reuniões semanais, com as equipes e magistrados das Turmas Recursais, sempre buscando melhorias para todos. Na ocasião, a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutora Marilza Neves Gebrim ressaltou que há uma reclamação recorrente dos magistrados em relação ao sistema PJE ser pouco amigável, existência de muitos cliques para realização dos atos e editor de texto que não é compatível com o Word, o que ocasiona perda de formatação em muitos trabalhos. O Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Doutor Flávio Fernando expôs como outra deficiência do sistema, a impossibilidade do magistrado realizar julgamentos em bloco de processos de mesmo assunto e ressaltou que isso aumenta o número de horas trabalhadas pelo juiz para obter o mesmo resultado que teria com os processos físicos. A Senhora Coordenadora da COSIST salientou que o CNJ poderia dar mais liberdade ao TJDFT para dar mais agilidade ao PJE, passando as demandas pelo Comitê Nacional mas deixar que o Tribunal desenvolva suas próprias funcionalidades, flexibilizando um pouco mais. Na oportunidade, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor propôs que fosse agendada uma reunião com o Doutor Bráulio Gusmão, Presidente do Comitê Gestor do PJE no CNJ, para tratar dessas questões e o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência Doutor Eduardo Rosas propôs convidá-lo para a próxima reunião do Comitê Gestor, tendo como item único da pauta, aprimorar a parceria com o CNJ. O



Senhor Secretário-Geral Celso Sousa Neto entrará em contato com o Doutor Bráulio para agendar essa reunião. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Procurador Alexandre Moraes Pereira solicitou informações sobre a minuta de convênio a ser firmado entre a PGDF e o Tribunal de Justiça para acesso ao PJe por meio da interface MNI. O Senhor Secretário-Geral informou que o pedido foi formalizado e que o procedimento administrativo encontra-se na Assessoria Jurídica Administrativa da Presidência e que no decorrer da próxima semana irá cobrar mais agilidade no processo. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola agendou a 59ª Reunião para o dia 04 de setembro de 2015, sexta-feira, às 13h30. Exaurida a pauta e não havendo outras deliberações por parte dos presentes, encerrou a sessão às 14h20, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

DESEMBARGADOR FLÁVIO ROSTIROLA

Presidente do Comitê Gestor do PJE

EDUARDO HENRIQUE ROSAS

Juiz Assistente da Presidência

MARILZA NEVES GEBRIM

Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência

FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA

Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília

ALEXANDRE MORAES PEREIRA

Procurador do Distrito Federal na Procuradoria-Geral do DF

CELSO DE OLIVEIRA E SOUSA NETO

Secretário-Geral do TJDFT

KATIA DE SOUZA PRATES

Coordenadora da COSIST

GABRIELA BADARÓ

Assessora do Procurador-Geral de Justiça do MPDFT

LUIZ AUGUSTO BECKER

Chefe do Departamento de TI do MPDFT

